

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: A força do monopólio	2
Título: De volta para casa	2
Título: Em leilão sem disputa, Equatorial Energia arremata Cepisa, do Piauí	2
Título: Chineses têm interesse em empresas da estatal.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Leilão de térmica no NE pode elevar conta de luz em R\$ 1 bi.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Reservas para infraestrutura?.....	7
Título: Equatorial fica com a Cepisa e pode participar dos outros leilões	8
Título: Petrobrás recorre ao STF contra ação trabalhista	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Gasolina ainda em baixa	10
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Após um mês, ANP define pagamento de subsídio ao diesel.....	11
Título: Parada das térmicas não compromete, afirma ONS.....	13
Título: Fontes renováveis ou subsídios renováveis?	14
Título: Destaques	16
Título: Com lance único, Equatorial leva distribuidora da Eletrobras no PI	17
Título: Estatal ainda quer vender mais cinco concessões	19
Título: Eletrobras e Eletronuclear negociam dívida de R\$ 1 bi	20
Título: Acordo da SBM ressarcirá a Petrobras em R\$ 1,2 bilhão.....	21

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Lydia Medeiros****Título: A força do monopólio**

Poder em Jogo

O consumidor será o maior perdedor com a paralisação para manutenção da Plataforma de Mexilhão, que garante um fornecimento de gás importante para o Sudeste. Terá que pagar os custos bilionários do acionamento de térmicas a óleo. Já a Petrobras ganha. Se gerasse com o gás, mais barato, não receberia, porque o mercado de curto prazo de energia (CCEE) há um bom tempo só líquida 10% das transações. Como suas usinas térmicas (UTES) serão substituídas por usinas a óleo, a petroleira lucrará com a venda do combustível e ainda se livrará da inadimplência na CCEE. **O ministro Moreira Franco** pediu à estatal que adie a manutenção da plataforma.

Com Amanda Almeida

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: De volta para casa**

A Petrobras já tinha recebido de volta cerca de R\$ 1,5 bilhão da Lava-Jato. É parte dos R\$ 6 bilhões que as autoridades estimam que foram saqueados por ladrões de colarinho branco. Agora, vai receber mais R\$ 1,2 bilhão com esse acordo de leniência com a holandesa SBM.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro E Luís Lima****Título: Em leilão sem disputa, Equatorial Energia arremata Cepisa, do Piauí**

Venda de distribuidora da Eletrobras vai render R\$ 95 milhões ao governo

SÃO PAULO E RIO - Sem disputa, a Equatorial Energia arrematou a Companhia Energética do Piauí (Cepisa) em leilão na B3. A empresa foi a única a apresentar proposta pela distribuidora, uma das cinco companhias deficitárias que a Eletrobras pretende vender até o fim de agosto. O governo estima que a operação renderá R\$ 95 milhões aos cofres públicos em outorga. Além disso, a Equatorial fará um aporte de capital de R\$ 716 milhões na Cepisa. A Equatorial Energia já controla as distribuidoras do Maranhão e do Pará. Para especialistas do setor elétrico, a notícia foi um sinal de alívio para a estatal, já que a venda das distribuidoras é considerada crucial para a reestruturação da Eletrobras.

A falta de concorrência, porém, foi apontada como sinal de alerta já que a Cepisa era considerada a empresa mais atraente da lista de companhias à venda. A distribuidora do Piauí tem dívida bilionária e foi vendida pelo valor simbólico de R\$ 50 mil. As demais empresas, localizadas em Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia, devem ser leiloadas no dia 30 de agosto. A empresa também quer se desfazer de empresa em Alagoas, mas uma decisão judicial impede. Caso não consiga se desfazer das companhias até o fim do ano, a Eletrobras corre o risco de arcar com uma fatura bilionária, superior a R\$ 20 bilhões, para liquidá-las. Para Igor Kfoury, analista da Eleven Financial, a baixa concorrência preocupa, pois as outras empresas têm menos clientes:

— Imaginava ter ao menos três concorrentes para a Cepisa. Outros especialistas ponderam, porém, que o resultado foi positivo para o governo e para a Eletrobras. A estatal se livrou de uma empresa deficitária e de uma dívida gigantesca. Para André Cruz, diretor de Regulação da Safira Energia, o próximo leilão tem a chance de atrair mais participantes se a autorização para a venda dos ativos receber o aval do Senado Federal e a sanção presidencial, o que ajudaria a reduzir a incerteza jurídica. O modelo do leilão foi de deságio, ou seja, saiu vencedor quem aceitou receber o menor valor referente à revisão tarifária de 2017. Isso significa abrir mão de parte do reajuste das tarifas de energia aplicado na conta dos consumidores.

A Equatorial deu um lance de 119 pontos. Isso significa que ela abriu mão dos 100% dos R\$ 844 milhões que receberia caso aplicasse o reajuste de 8,52% autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Já os 19 pontos percentuais adicionais serão pagos à União e equivalem aos R\$ 95 milhões de outorga. O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, considerou o resultado um sucesso. O presidente da Equatorial Energia, Augusto Miranda, deixou claro que o grupo tem interesse nas demais distribuidoras da Eletrobras e disse ser favorável à hipótese de a Eletrobras participar com até 30% do capital da Cepisa. (Colaborou Ramona Ordoñez)

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Chineses têm interesse em empresas da estatal**

Investidores devem participar de novo certame, diz Temer

JOANESBURGO - O presidente Michel Temer disse ontem que tratou dos investimentos chineses no programa de concessões e privatizações, inclusive das distribuidoras de energia, na reunião bilateral que teve pela manhã com o presidente da China Xi Jinping. Segundo Temer, Xi apontou que o país vai participar do programa de venda de distribuidoras da Eletrobras. — Ele (Xi) disse que a China vai participar (dos leilões de distribuição de energia) com investimentos privados — afirmou o presidente brasileiro na saída do encontro. Temer disse que o chinês falou de investimento não só nas distribuidoras, mas também nos leilões de ferrovias, portos, aeroportos e linhas de transmissão de energia:

— Mencionei também a questão das privatizações e concessões que estamos fazendo no país, dos investimentos chineses já existentes e de outros que ele disse que vai colaborar muito para investir bastante lá. O chefe do governo brasileiro informou que, na reunião, também pediu para a China retirar as barreiras contra o frango e o açúcar brasileiros, que são sobretaxados pelos processados de soja: farelo e óleo. Segundo Temer, o presidente chinês recebeu “muito bem” as demandas pela retirada de barreiras: — Ele vai mandar os técnicos examinarem. Recebeu muito bem. Não senti resistência. (Do Valor Econômico)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Alexa Salomão e Taís Hirata****Título: Leilão de térmica no NE pode elevar conta de luz em R\$ 1 bi**

Políticos da região e empresas de gás pressionam pela realização do certame

Há uma queda de braço ainda silenciosa no setor de energia pela realização de um leilão de usinas térmicas no Nordeste. Políticos da região, em especial de Pernambuco, e empresas do setor de óleo e gás têm elevado a pressão pela

realização do leilão que, caso ocorra, pode acrescentar mais R\$ 1 bilhão à conta de luz do país.

Pelas discussões em curso, se propõe a construção de uma ou de várias térmicas com capacidade para gerar entre 1.500 e 2.500 MW.

Para isso, seria preciso fazer o chamado leilão de reserva: tipo de certame em que o governo compra a energia que será gerada para viabilizar o empreendimento e repassa os custos para a conta de luz de todos os consumidores — famílias e empresas.

Esses custos são estimados, por baixo, em R\$ 1 bilhão.

Não há, porém, consenso técnico sobre a necessidade dessa energia. O último leilão de reserva, marcado para dezembro de 2016, foi suspenso por ter sido considerado desnecessário. Com a economia se arrastando, o consumo de lá para cá não cresceu nem 2%.

No entanto, há pressa para que se tome uma decisão. O leilão, para ocorrer ainda neste ano, depende de uma série de trâmites que teriam de ser concluídos em agosto.

A discussão avança no **MME (Ministério das Minas e Energia)**. Nesta quinta-feira (26), a Comissão Especial de Leilões da pasta se reuniu para tratar do tema. Não houve conclusão e novo encontro vai ocorrer na semana que vem.

No ONS (Operadora Nacional do Sistema), responsável pela gestão da energia, há até uma celeuma. Segundo a Folha apurou, a área de Planejamento produziu um levantamento defendendo o leilão. Mas a leitura da situação não é compartilhada por outras áreas, inclusive pela diretoria geral, onde o entendimento é que não há argumento técnico sustentável na questão.

Os defensores argumentam que há risco de desabastecimento por causa da prolongada seca no Nordeste.

Reforçam a tese dizendo que o Brasil, por suas dimensões continentais, precisa investir na autossuficiência regional.

O argumento já foi defendido em entrevista por Reive Barros, presidente da EPE, o órgão público responsável pelos estudos que embasam a construção de novas usinas.

Para Joísa Dutra, diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV, as térmicas serão necessárias para dar segurança energética em meio à crescente participação de energias renováveis, como eólica e solar.

As usinas entrariam, por exemplo, quando os ventos ou a irradiação solar estiverem em baixa. A economista, porém, afirma que o leilão de reserva, com maior alta ao consumidor, não é o mecanismo ideal para a contratação.

Outro defensor da proposta é Adriano Pires, sócio do CBIE (Centro Brasileiro de Infra Estrutura). Ele argumenta que as sobras de energia atuais são superestimadas e que, se o país voltar a crescer, haverá um apagão.

“Muitas hidrelétricas na prática geram menos do que o registrado. A sobra não é tão grande assim”, afirma.

A Abraget, que representa os geradores térmicos, diz ainda que o leilão é necessário para evitar um possível racionamento no país, segundo o presidente, Xisto Vieira Filho.

Os opositores, por sua vez, alegam que, por causa da crise econômica que se arrasta, o consumo caiu, há sobra de energia e nenhum horizonte de risco de desabastecimento que justifique um leilão.

Além do mais, com a crise, o momento não de aumento de gastos. A conta de luz precisa ser reduzida, não ganhar um custo a mais.

Esse impacto ainda não foi dimensionado pela Abrace (associação de grandes consumidores de energia), que considera a eventual realização do leilão um retrocesso.

A principal crítica da entidade é a decisão de fazer a contratação por meio de um leilão de reserva, afirma o presidente da entidade, Edvaldo Santana. “É um contrato sem risco para o empreendedor, o ônus fica com o consumidor.”

O argumento da autossuficiência regional é o mais questionado: o Brasil chegou a se tornar exemplo internacional por ter um sistema interligado e não faria o menor sentido fazer em regionalização a esta altura.

A ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) afirmou, em nota, que estudos preliminares sobre o tema ainda estão em produção. A análise, segundo o órgão, está contabilizando o custo e identificando possíveis locais para novas usinas térmicas no Nordeste. A reportagem procurou a EPE, mas não teve retorno até o fechamento desta edição.

Única a dar lance, Equatorial compra Cepisa da Eletrobras

A Eletrobras vendeu sua distribuidora no Piauí, a Cepisa, à Equatorial Energia, nesta quinta-feira (26), em leilão realizado na B3, em São Paulo. A empresa deu o único lance no certame.

Além de investir R\$ 720 milhões para ampliar o capital da Cepisa, a Equatorial pagará uma outorga de R\$ 95 milhões ao Tesouro Nacional. Além disso, a empresa ofereceu uma redução de 8,5% na conta de luz do estado, que deverá ocorrer a partir da transferência de controle da companhia, afirmou Romeu Rufino, diretor-geral da Aneel (agência reguladora do setor).

A companhia já atua no setor de distribuição de energia, no Maranhão e no Pará, e, no último ano, levou oito lotes de linhas de transmissão que cobrem os estados do Pará, Piauí, Bahia e Minas Gerais. “Esse é um tipo de ativo que tem muito a ver conosco”, afirmou o presidente da Equatorial, Augusto Miranda, após a vitória. “A questão da geografia [proximidade com o MA] vai permitir um ganho sinérgico.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Reservas para infraestrutura?

Alguns dos pré-candidatos à Presidência da República encasquetaram que 10% das reservas internacionais do Brasil, equivalentes hoje a US\$ 380 bilhões, devem ser usadas para financiar obras de infraestrutura. Uma das justificativas apresentadas por economistas encarregados do programa do PT é a de que essas reservas são mais do que suficientes para defender a moeda brasileira contra um ataque especulativo no mercado de câmbio, pois correspondem a 2,5 vezes as importações nacionais em um ano. Por isso, não seria errado aproveitar recursos ociosos para alavancar o emprego.

No entanto, além de exigir uma espécie de pedalada para disfarçar uma proibição constitucional, se executada, essa ideia teria curtíssimo alcance. É preciso ver que tais recursos são do Banco Central, são parte do arsenal destinado a defender a moeda nacional. Usá-los para financiar obras de infraestrutura implica operar o Banco Central como banco de fomento ou para fins fiscais, o que é expressamente proibido pela Constituição (art. 164, § 1.º). No seu tempo, a presidente Dilma chegou a sugerir que devessem ser usadas

para abater dívida externa e o candidato do PDT, Ciro Gomes, já afirmou que pretende aproveitá-las para capitalizar o BNDES e, por essa via, canalizá-las para empréstimos a empresas.

É possível que tenham sugerido a criação de mecanismos para driblar ou encobrir essas destinações fiscais. Seria outro tipo de enganação, que já deu no que deu. Ainda que o Banco Central pudesse ser usado para dar cobertura a despesas ou investimentos internos, seria necessário vender esses dólares e transformá-los em reais. Não se pode enfrentar despesas internas com moeda estrangeira. Além de alguma inflação, a venda dos dólares provocaria certa valorização da moeda nacional pelo efeito do aumento da oferta de moeda estrangeira no mercado.

Alguém poderia contra-argumentar que esses dólares não precisariam ser transformados em reais. O Banco Central poderia pagar fornecedores no exterior. Por exemplo, esses recursos poderiam ser usados pela Petrobrás para cobertura de importação de plataformas ou de equipamentos destinados a explorar petróleo. Ou poderiam pagar empreiteiras lá fora por obras executadas aqui. Mas, ainda assim, seria preciso ver como garantir o repasse para esses fins. Finalmente, há a questão do volume. Esses 10% das reservas correspondem a US\$ 38 bilhões. Trata-se de uma fração dos recursos necessários para operação consistente de desenvolvimento.

É mais ou menos metade dos Investimentos Diretos no País que desembarcam todos os anos por aqui (veja o Confira). Somente em leilões de determinadas áreas do pré-sal, a Agência Nacional do Petróleo imagina arrecadar o equivalente a esses US\$ 38 bilhões. Talvez porque tenha se dado conta de que não vale a pena fazer essa operação complexa e ilegal com pouca grana, Ciro Gomes já disse que não serão apenas 10%, mas algo como 53% ou US\$ 200 bilhões. Assim, o pequeno delito se transformaria em grande delito. Enfim, usar as reservas para obras de infraestrutura é solução aparentemente simples a problemas complexos e, no entanto, não passa de solução errada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth, Eduardo Laguna, Luciana Collet E Denise Luna

Título: Equatorial fica com a Cepisa e pode participar dos outros leilões

Grupo ofereceu desconto de 8,5% na conta dos consumidores e vai pagar empréstimo subsidiado nos últimos dois anos

No primeiro teste da privatização das distribuidoras da Eletrobrás, o governo conseguiu vender a Cepisa (Piauí) para a Equatorial Energia. Com uma proposta

agressiva, o grupo ofereceu desconto de 8,5% na conta de luz dos consumidores do Piauí, aceitou pagar R\$ 95 milhões para o Tesouro Nacional, algo que a União não esperava, e ainda se comprometeu a pagar sozinha, sem repassar às tarifas, o empréstimo subsidiado que bancou a empresa nos últimos dois anos, de R\$ 878 milhões. Governo, Eletrobrás e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) comemoraram o resultado. Já os empregados da Cepisa, que tentaram impedir o leilão com liminares, pretendem lutar para reverter a privatização.

O sucesso na venda da Cepisa animou o governo, que vai licitar em 30 de agosto as outras cinco distribuidoras da estatal, que atuam no Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima e Alagoas. Ainda é preciso aprovar um projeto de lei pelo Senado e solucionar um impasse com o governo estadual a respeito da Ceal no Supremo Tribunal Federal. O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., destacou que a Equatorial terá de fazer um aporte de R\$ 720 milhões na Cepisa de imediato, o que vai elevar a qualidade dos serviços prestados pela empresa. "O resultado do leilão é a demonstração de que essa é a melhor solução para todos", disse.

A Equatorial já é dona da Cemar (Maranhão) e da Celpa (Pará), o que explica a aquisição da Cepisa por um lance tão agressivo, disse o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro. "Isso vai render ganho de escala para a empresa, com novos clientes, e sinergias de operação, o que é fundamental no setor de distribuição", disse.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse que a Equatorial mostrou ter uma experiência positiva com as outras distribuidoras estaduais. "A Equatorial entrega resultado", disse. Segundo ele, o desconto de 8,5% será aplicado ao consumidor 45 dias após a assinatura do contrato de concessão. **O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, destacou que o grupo já conhece a região em que vai atuar. "É a que está melhor qualificada para fornecer energia de qualidade e barata", disse o ministro.

O presidente da Equatorial, Augusto Miranda, não descartou a possibilidade de disputar outras distribuidoras da Eletrobrás no próximo leilão. "Estamos confiantes num turnaround (reversão rápida dos resultados ruins) e com o que podemos extrair no tempo", acrescentou o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Equatorial, Eduardo Haiama.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Teo Cury / BRASÍLIA

Título: Petrobrás recorre ao STF contra ação trabalhista

Após ser derrotada na maior ação trabalhista de sua história, a Petrobrás recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que os efeitos da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), determinando que a estatal pague R\$ 17 bilhões após ser condenada, sejam suspensos até que esgotados os recursos na Justiça.

Aberto pelos trabalhadores, o processo pedia o recálculo de um acordo coletivo de 2007 que concedeu adicionais ao salário, como trabalho noturno, por sobreaviso e confinamento. Os extras têm sido pagos, mas milhares de empregados querem outra conta, que pode dobrar os adicionais. A ação envolve 51 mil funcionários e ex-funcionários da estatal em 47 ações coletivas e 7 mil ações individuais.

No recurso apresentado ao Supremo na terça-feira, os advogados afirmam que o pagamento do valor cobrado comprometerá a saúde financeira da estatal. "Sobrevém questão de excepcional interesse social, em razão do significativo impacto econômico da decisão nas finanças da Petrobrás (...), o que poderá comprometer a política de investimentos previstos, o abastecimento nacional, bem como os benefícios sociais diretos e indiretos da política de investimentos", escreveram os advogados.

A defesa afirma ainda que autorizar o pagamento por intermédio de decisão ainda sujeita a recurso, criaria "distorção remuneratória" na gestão da estatal, com empregados de nível médio recebendo "vencimentos superiores aos seus gestores".

O plenário do TST deu razão aos trabalhadores com um placar apertado: 13 votos a favor dos petroleiros e 12 ministros a favor da Petrobrás. A mudança deve causar impacto de R\$ 15 bilhões pelos pagamentos passados e adicionaria R\$ 2 bilhões anuais na folha de pagamento da estatal.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Gabriel Ponte

Título: Gasolina ainda em baixa

A variação de preços nos postos de Brasília confunde os motoristas. Em Taguatinga, o litro do combustível pode ser encontrado por R\$ 4,07, valor que era cobrado no início de maio, antes da greve dos caminhoneiros, segundo levantamento do Correio. No Plano Piloto, porém, o preço vai até R\$ 4,79. Ontem, a Petrobras manteve em R\$ 1,9502 o valor do combustível vendido nas refinarias.

De acordo com Evaldo Andrade, gerente de um estabelecimento em Taguatinga, a margem de lucro do posto é baixa, mas o alto fluxo de veículos compensa as reduções. “Ganhamos na margem de R\$ 0,13, já que compramos a gasolina a R\$ 3,94”, afirmou. Segundo Andrade, os postos apenas acompanham os repasses feitos pela estatal nas refinarias. “Não tem o que fazer diante dessa política. A gente apenas segue, mas o consumidor continua reclamando quando aumenta”, disse.

A atual política de preços da Petrobras, que acompanha diariamente as variações do barril de petróleo no mercado internacional e a cotação do dólar, atrapalha o planejamento financeiro de quem usa o carro para trabalhar, como é o caso de Daniele Cristina, 40, motorista de aplicativo. “A gasolina realmente baixou, mas, no momento, meu negócio não está muito lucrativo. A empresa para qual trabalho cobra em torno de 30% a 40% do valor da corrida, e isso já tira um bom lucro.”

De acordo com Daniele, o serviço voltaria a possibilitar ganhos caso houvesse uma redução de cerca de R\$ 0,40 no preço final do combustível. “Se a gasolina ficasse estabilizada em R\$ 3,70, melhoraria muito”, explicou.

** Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo*

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Após um mês, ANP define pagamento de subsídio ao diesel

Com um mês de atraso, a diretoria colegiada da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) aprovou ontem o início do pagamento do subsídio à comercialização de óleo diesel prevista pela Medida Provisória nº 838/2018, editada após a greve dos caminhoneiros, em maio. Sem mencionar valores, a agência informou que o pagamento da primeira parcela será iniciado nos próximos dias. O mercado estima que essa parcela, relativa a apenas sete dias, seja de R\$ 100 milhões.

A agência não informou o valor total do subsídio nessa parcela. Os documentos de duas das sete empresas habilitadas foram integralmente processados. As duas vão receber R\$ 121,3 mil. As empresas são a Dax Oil Refino (R\$ 6.366,50) e a Refinaria Riograndense, que receberá R\$ 114,943,22.

Para encerrar a greve o governo prometeu um subsídio de R\$ 9,5 bilhões que sairá do Tesouro Nacional até o dia 31 de dezembro. A subvenção a partir do dia

1 de agosto até 31 de dezembro será definida em novo decreto que está sendo elaborado.

Na primeira parcela, o subsídio de R\$ 0,07 se refere às vendas de diesel realizadas entre 30 de maio e 7 de junho e que deveria ter sido paga no dia 26 de junho e começa a ser paga com um mês de atraso. A ANP informou que para concluir a análise da documentação restante "ainda depende da execução de procedimentos pendentes, como o recebimento dos valores dos impostos estaduais por parte do Confaz".

Fontes do mercado comentam que além da Petrobras estão entre as habilitadas a Blue Way (trading da Raízen), e as importadoras independentes Sulplata e Petro Energia. A agência não confirma.

A segunda parcela também venceu ontem e o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sergio Araújo, avalia que os valores a serem pagos precisam de correção monetária. "Deveriam ser corrigidos pela Selic", disse Araújo.

A segunda parcela - que pagará subsídio de R\$ 0,30 sobre as vendas realizadas entre 8 de junho e 7 de julho - também venceu ontem. Segundo Araújo, a ordem de grandeza dessa parcela deve ficar próxima de R\$ 1,5 bilhão.

A agência reguladora informou que o pagamento dessa parcela será feito "o mais rápido possível". E esclareceu que ainda depende da conclusão de avaliações que ainda estão em andamento, entre elas a validação dos impostos federais e estaduais, que são informados pela Receita Federal e pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A ANP informou ainda que "está trabalhando para concluir os procedimentos necessários para implementar de forma regular os pagamentos estabelecidos, que dependem da automatização e conferência de dados recebidos da Receita Federal e do Confaz, utilizando os serviços do Serpro".

A participação da Receita Federal no processo é necessária porque ela tem o cálculo dos impostos federais e acesso às notas fiscais que comprovam os preços praticados pelas empresas, obedece as regras previstas para a subvenção, explicou uma fonte. Para se habilitarem a receber os valores, as empresas precisaram autorizar que a Receita repassasse ao regulador os dados fiscais que permitem calcular a subvenção. Além de confirmar o pagamento dos impostos a ANP precisa analisar os preços de todas as notas apresentadas. Já a participação do Confaz é necessária porque é preciso calcular o ICMS pago sobre as vendas em 27 estados da federação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner | De São Paulo****Título: Parada das térmicas não compromete, afirma ONS**

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, afirmou ontem que a parada para manutenção de sete usinas térmicas em pleno auge do período de estiagem não ocorre em momento inadequado. Ele se defendeu da crítica feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que demonstrou preocupação com o aumento de custos e a segurança no abastecimento pelo desligamento temporário de usinas com potência instalada de 2,1 mil megawatts.

"Numa primeira análise, superficial, parece sem sentido parar as térmicas no período seco", disse Barata ao **Valor**. "Mas não é uma decisão extemporânea ou irresponsável. Foi feita uma análise cuidadosa e, no detalhe, mostra-se a opção mais correta."

Segundo o diretor-geral, a ideia foi otimizar uma parada para manutenção da plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos, pela Petrobras. A estatal precisava fazer a manutenção agora porque descumpriria normas de segurança do trabalho. Paralelamente, já se planejava uma paralisação da plataforma para expandir o sistema de dutos e canais de escoamento de gás. Resolveu-se, então, fazer uma só parada. E aproveitar a redução na oferta de gás para trabalhos de conservação das térmicas.

"O Brasil tem aversão à cultura de manutenção. O setor elétrico é diferente e cuida muito bem de suas instalações. Quando não se para por bem, se para por mal."

Quanto ao período escolhido, Barata disse que o momento é correto. A carga do sistema interligado cai de 75 mil MW médios no verão para menos de 70 mil MW médios no inverno, quando o ar condicionado é menos usado.

Além disso, a produção de energia eólica aumenta de menos de 3 mil MW médios para mais de 7 mil MW médios nesta época do ano, quando costuma ventar mais. A soma desses dois fatores mais do que compensa a supressão temporária de 2,1 mil MW das térmicas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Nelson Leite e Marco Delgado****Título: Fontes renováveis ou subsídios renováveis?**

Nos últimos meses assistimos um crescimento exponencial de usuários que investem em geração fotovoltaica, seja no telhado de suas casas ou por meio de outros arranjos como o autoconsumo remoto e o uso compartilhado. O tema tem sido conversa nas rodas de amigos e grande parte dessa expansão vem da combinação da consciência ambiental das pessoas e do atrativo retorno do capital investido.

Porém, como é possível a obtenção de uma taxa interna de retorno da ordem de 20% ao ano - ou seja, um retorno em 5 anos, conforme apregoado por diversos fornecedores dos sistemas fotovoltaicos - para um investimento de baixo risco, num momento em que a taxa Selic está a 6,5% ao ano? Será fruto exclusivamente do ganho de escala, de tecnologia e de eficiência na produção e instalação das placas fotovoltaicas? Lamentavelmente, a resposta é não. Há o que os economistas chamam de "subsídio cruzado implícito" para dinamizar essa performance.

Antes de colocar luz sobre esses fatos é importante realizar uma análise da regulamentação que criou as bases para esse ciclo de expansão: a resolução normativa 482/12 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O motor de viabilização da mini e microgeração foi a criação, nessa regulamentação, do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).

Em breves palavras, durante o dia as placas fotovoltaicas geram energia suficiente para atender o consumo próprio e, ainda, um excedente que é injetado nas redes elétricas das distribuidoras. Durante a noite, quando não há sol, o fluxo se inverte e os consumidores usam a energia elétrica vinda das redes para seu conforto. No final no mês há um encontro de contas entre a energia injetada durante o dia e a consumida durante a noite. O consumidor só paga pela diferença, se houver. Caso exista mais energia injetada do que consumida, o usuário fica com o crédito que pode ser usado em até 60 meses.

Mas como se caracteriza o subsídio cruzado implícito? A tarifa de energia elétrica é composta por quatro componentes principais, fora os tributos do Estado: geração, transmissão, distribuição e encargos. As três primeiras componentes remuneram e custeiam os respectivos serviços, enquanto que os encargos são utilizados para bancar outros subsídios tarifários como a Tarifa

Social de Energia Elétrica aos consumidores de baixa renda, os subsídios às fontes alternativas e outras sete rubricas.

Assim, quando a energia injetada pela mini e microgeração nas redes elétricas é integralmente compensada para uso posterior, é como se o sistema estivesse adquirindo-a ao valor da integral da tarifa de fornecimento de energia, ou seja, entorno de R\$ 500/MWh, enquanto que a componente exclusivamente de geração está na ordem de R\$ 230/MWh. O subsídio só não é maior pois os usuários do SCEE pagam o consumo mínimo, que representa algo da ordem de R\$ 50 ao mês, ou seja, uma pequena fração do que seria a tarifação adequada, baseada na Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

Subsídios cruzados agora só viabilizam negócios de pequena escala, para consumidor de maior renda

Atualmente a própria Aneel indaga se a atual regulamentação passou do ponto: "Para evitar que se chegue em uma realidade em que a GD [Geração Distribuída] seja excessivamente benéfica a quem instala, e, ao mesmo tempo, prejudicial às distribuidoras e posteriormente aos demais consumidores, a questão a ser atacada é um possível desalinhamento da forma de compensação vigente em relação à atual realidade da GD", conforme apresentado na Consulta Pública 10/2018.

Além da questão do excesso de subsídios, destacamos outras máculas: a falta de transparência na própria quantificação dos subsídios, bem como a inobservância integral da legislação pertinente, em especial ao artigo 35 da Lei 9.074/95. Em nossa opinião, o atual mecanismo do SCEE não atende ao pressuposto de transparência, pois não há informação oficial alguma sobre o valor do benefício tarifário líquido oferecido aos seus optantes em prejuízo de outros.

Não obstante, nos últimos anos estamos assistindo uma redução consistente dos custos das fontes renováveis. A primeira política pública estruturada de incentivos às fontes renováveis foi o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas (Proinfa), criado por meio da Lei 10.438/02. Atualmente o preço dessa primeira tranche de incentivos está na ordem de R\$ 390/MWh. Nesses últimos 15 anos, de fato, por efeito da competição, de ganhos de escala e tecnológicos, vimos esses preços caírem continuamente, chegando no último leilão regulado de aquisição a R\$ 118/MWh e R\$ 68/MWh para a fonte solar e eólica, respectivamente. Ou seja, as políticas públicas de incentivos às fontes renováveis foram bem sucedidas e, por isso, poderíamos declarar: "missão cumprida e fim dos subsídios!".

Entretanto, alguns argumentam que ainda não é hora, especialmente para a mini e microgeração, haja vista os supostos benefícios que elas trariam às redes elétricas. Estudos técnicos por simulações computacionais e experimentais em campo, via projetos de pesquisa e desenvolvimento, apontam que a geração distribuída pode reduzir e/ou aumentar as perdas técnicas a depender de sua localização e do volume e, ainda, indicam que sua massificação provocará investimentos em reforços e controles das redes elétricas. Por isso, ficam os principais bastiões, alardeados num tom quase profético, para a manutenção desses subsídios cruzados.

Nossa expectativa é a de que a revisão da REN 482/12 reconheça os resultados obtidos pelas políticas de incentivos às fontes alternativas e suprima os subsídios cruzados implícitos que, agora, só viabilizam modelos de negócios de pequena escala e, pior, orientados para consumidores de maior renda, pois os sistemas de microgeração estão na ordem de R\$ 20 mil. Dessa forma, a nova regulamentação deverá ratificar a aplicação da TUSD aos novos optantes e estabelecer um período de transição aos usuários atuais objetivando honrar os prometidos prazos de retorno dos investimentos.

Ao retirar a sombra sobre os subsídios cruzados implícitos, a geração distribuída poderá se desenvolver às claras, como o sol que gera sua energia.

Nelson Fonseca Leite e Marco Delgado são, respectivamente, presidente e diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras vai ao STF

A Petrobras pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma liminar para suspender a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que condenou a estatal a pagar R\$ 17 bilhões na maior ação trabalhista de sua história. Em julgamento apertado, o plenário do TST condenou a Petrobras em junho em uma ação movida por 51 mil funcionários, entre ativos e aposentados, contra a fórmula de cálculo da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RNMR), fixada em acordo coletivo, 11 anos atrás. Com a decisão, a Petrobras terá de complementar os salários dos funcionários em R\$ 2,5 bilhões só neste ano, além de outros R\$ 15 bilhões em correções retroativas. No Supremo, a área jurídica da estatal pede que os valores não sejam executados até que estejam

esgotados todos os recursos a que a Petrobrás têm direito na Justiça. Os advogados dizem que autorizar o pagamento por meio de uma decisão da qual ainda cabe recurso poderia criar uma distorção na política de remuneração da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Estevão Taiar e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Com lance único, Equatorial leva distribuidora da Eletrobras no PI

Referência no setor elétrico pela recuperação de distribuidoras deficitárias, a Equatorial Energia arrematou ontem a concessão da Cepisa, distribuidora de energia do Piauí, no leilão de privatização realizado pelo BNDES e pela Eletrobras. Apesar de ser a única habilitada para o certame, a companhia deu um lance na qual abriu mão de toda a chamada "flexibilização" tarifária aprovada ano passado para equilibrar a concessão da distribuidora piauiense.

Para o governo, a vitória foi expressiva. Além de garantir a venda de mais um ativo deficitário da Eletrobras, a operação vai possibilitar um ganho de R\$ 95 milhões para o Tesouro por meio da cobrança da outorga, redução das tarifas em cerca de 8,5%, e garantir investimentos de no mínimo R\$ 720 milhões na distribuidora, possibilitando a melhora da qualidade do serviço prestado.

O resultado do certame foi "a prova cabal" do sucesso das privatizações, disse ontem o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior. Em entrevista coletiva concedida ao fim do leilão, o executivo citou as consequências da operação que, segundo ele, "só tem vantagens".

Com a aquisição, a Equatorial vai aumentar sua base de clientes em 25,19%, totalizando 6,296 milhões de unidades consumidoras. O mercado de energia da companhia vai crescer 25,26%, saindo de 13.474 gigawatts-hora (GWh) anuais para 16.878 GWh, considerando dados de 2017.

Além disso, a companhia estima que poderá adicionar 347 GWh de energia ao mercado da Cepisa como consequência da redução de perdas. "Se tivermos o mesmo sucesso que tivemos na Cemar [distribuidora do grupo no Maranhão], podemos ter um adicional de 10%, agregando 347 GWh ao mercado", disse Eduardo Haiama, diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, em teleconferência com analistas e investidores. A projeção leva em conta que, hoje, a Cepisa tem perdas da ordem de 28%. Na Cemar, cujo controle foi adquirido pela Equatorial em 2004, as perdas já foram reduzidas para 16,8%.

Os executivos da Equatorial citaram diversas vezes a semelhança entre as concessões da Cepisa e da Cemar, o que foi fundamental para que a companhia pudesse fazer uma oferta competitiva no leilão. "A Cepisa é um ativo que tem muito a ver conosco", disse Augusto Miranda, presidente da Equatorial. Segundo ele, isso vai possibilitar um ganho sinérgico "muito grande". Além de semelhantes, as concessões são próximas, com centros de operação separados "por uma ponte."

Na teleconferência, Haiama destacou que a Equatorial já avalia a Cepisa há 14 anos - prazo que coincide com a aquisição da Cemar. A outra concessão de distribuição da Equatorial é a Celpa, do Pará, comprada em 2012 também por um valor simbólico.

A Equatorial é uma das poucas "corporations" do mercado brasileiro, com capital pulverizado, sem controladores. O maior acionista é a Squadra Investimentos, com 14,7% do total, seguido pelo Opportunity, com 9,83%, e pela BlackRock, que tem 5,77%.

Para levar a Cepisa, a companhia fez um lance de índice combinado de deságio de 119 pontos. O índice combinado é o resultado de um cálculo complexo do deságio em várias premissas utilizadas para se chegar ao valor do ativo.

Para possibilitar a privatização das distribuidoras da Eletrobras, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou, ano passado, uma regra flexibilizando os parâmetros regulatórios das concessionárias da Eletrobras. Na prática, isso quer dizer que a agência aumentou os limites de perdas não técnicas (por furtos, os chamados "gatos") das concessionárias remunerados via tarifa. Além disso, a agência também aumentou a cobertura tarifária das despesas operacionais medidas pela sigla PMSO. Isso resultou em um aumento das tarifas da Cepisa na ordem de 8,5% desde o ano passado.

A Cepisa teria ainda o direito de ter um ressarcimento, por meio da tarifa, de cerca de R\$ 844 milhões em empréstimos tomados da Reserva Global de Reversão (RGR, encargo setorial pago por todos os consumidores).

Com sua oferta, a Equatorial abriu mão de 100% dessa flexibilização - o que vai resultar em uma redução tarifária de 8,5%. O índice de 119 pontos é composto dos 100%, e também de 19 vezes a outorga mínima estabelecida pelo governo para a distribuidora do Piauí, de R\$ 5 milhões. Pela fórmula, chegou-se à outorga de R\$ 95 milhões que será paga ao Tesouro.

Apesar da oferta agressiva, a Equatorial está posicionada para ter um retorno positivo com o investimento. "A única empresa que poderia dar um lance como esse sem ter prejuízo era a Equatorial", disse um analista.

A Energisa, por exemplo, disse, em nota, que as condições da concessão da Cepisa comprometiam a sustentabilidade do investimento, pela necessidade de aportes elevados de capital para que a concessionária fosse adequada aos parâmetros regulatórios.

Segundo Haiama, a Equatorial deve pedir revisão tarifária extraordinária (RTE) em 2020 ou 2021. Isso não significa que a companhia buscará reverter a redução tarifária obtida no leilão.

Para ter retorno do investimento, a companhia precisará fazer investimentos pesados na concessão, ao mesmo tempo em que buscará ganhar eficiência e reduzir as despesas operacionais para abaixo das despesas regulatórias (cobertas pela tarifa). Será por meio desses investimentos que a distribuidora vai ter uma redução das perdas por furtos (que hoje são parcialmente pagas pelos consumidores) e a melhora dos indicadores de qualidade do serviço prestado, com menos interrupções.

As distribuidoras são remuneradas de acordo com a base de ativos regulatórios (RAB, na sigla em inglês) das concessões. Com o aumento dos investimentos, essa base de ativos deverá crescer. Com a RTE, a companhia buscará uma remuneração do investimento já feito. Isso ocorreria mesmo se a Equatorial não tivesse abrido mão da flexibilização das perdas não técnicas e da cobertura tarifária para despesas operacionais, que oneram a tarifa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Estevão Taiar e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Estatal ainda quer vender mais cinco concessões

A Eletrobras ainda pretende licitar suas outras cinco distribuidoras em 30 de agosto, disse ontem o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, depois do leilão de venda da Cepisa, do Piauí. Segundo o executivo, a privatização das demais será possível depois da aprovação do projeto de lei 10.332, que viabiliza as condições de operação das concessionárias.

Embora o leilão da Cepisa, visto como o melhor dos ativos de distribuição da Eletrobras, só tenha atraído a Equatorial, a expectativa da estatal é de que outros concorrentes demonstrem interesse nas concessionárias à venda, especialmente depois da aprovação do PL no Senado. O projeto é fundamental para garantir a atratividade das distribuidoras Boa Vista Energia (Roraima), Ceron (Rondônia), Eletroacre e Amazonas Energia.

A Ceal, do Alagoas, também está nos planos de venda da companhia, mas ainda há uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) em vigor barrando a operação. Ontem, o superintendente de desestatização do BNDES, Rodolfo Torres, disse que "está tudo preparado" para que o certame seja realizado assim que a Justiça derrubar a liminar. "Temos a expectativa de que isso possa ocorrer junto com as demais distribuidoras."

Mesmo com a aquisição da Cepisa, a Equatorial ainda avalia a aquisição das outras distribuidoras do grupo. "Estamos analisando", disse Eduardo Haiama, diretor financeiro da companhia, em teleconferência concedida ontem. "Como eu digo, sempre que há ativos de distribuição à venda, a não ser que seja um evento muito, muito raro, vocês nos verá analisando eles", completou.

A Energisa, que criticou as condições propostas para venda da Cepisa, também deve avaliar as outras concessionárias. Em nota, a companhia disse tem estudado "profundamente" os ativos de distribuição da Eletrobras desde 2016, mas a distribuidora do Piauí não apresenta sustentabilidade do contrato de concessão nem endereçamento das contingências. Apesar disso, a empresa disse que "analisa cada oportunidade de forma individualizada, e continuará avaliando as empresas que estão com leilão previsto para o final de agosto."

Além das distribuidoras, a Eletrobras também pretende licitar participações em 70 sociedades de propósito específico (SPEs) neste ano. De acordo com Ferreira Junior, a companhia ainda aguarda o aval do Tribunal de Contas da União (TCU) para avançar no certame, que deve acontecer em setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Eletrobras e Eletronuclear negociam dívida de R\$ 1 bi

A Eletrobras analisa a possibilidade de conceder um "waiver" (adiamento) à Eletronuclear com relação ao pagamento do principal da dívida contraída pela subsidiária com a holding, relativa à construção da usina nuclear de Angra 3. Segundo Roberto Travassos, assistente da diretoria técnica da companhia de geração de energia nuclear, uma decisão da Eletrobras sobre o assunto deve ser tomada nos próximos dias. O valor total da dívida da controlada com a holding é de R\$ 1,05 bilhão.

"Tivemos esta semana uma boa notícia de que está sendo apreciado pela Eletrobras um waiver do principal [da dívida]. Nós pagaríamos apenas o juros desse montante de R\$ 22 milhões, o que daria cerca de R\$ 7 milhões e haveria um alívio de caixa para a Eletronuclear de cerca de R\$ 16 milhões, que, no

momento atual, seria extremamente bem-vindo", disse Travassos, durante o Seminário Internacional de Energia Nuclear (Sien), no Rio. "Isso deve ser aprovado nos próximos dias pela Eletrobras".

Segundo Travassos, a situação financeira da Eletronuclear é delicada. Angra 3 responde por mais de 80% da dívida da empresa hoje, sendo que a usina está longe de entrar em operação. Com 67% de índice de conclusão, Angra 3 teve suas obras paralisadas em setembro de 2015, devido ao não pagamento a fornecedores e a investigações da força-tarefa da Lava Jato. Estima-se que a retomada da construção custe R\$ 17 bilhões.

De acordo com o assessor da Eletronuclear, a companhia precisa pagar mensalmente R\$ 22,3 milhões à Eletrobras, R\$ 30,9 milhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 25 milhões à Caixa Econômica Federal de empréstimos relativos às obras de Angra 3.

"O que a Eletronuclear vem fazendo é a gestão junto aos credores, no sentido de reverter essa situação, conseguir um 'waiver' e conseguir um prazo de carência, porque isso vem estrangulando as finanças da Eletronuclear", completou Travassos.

Procurada pelo **Valor**, a Eletrobras não se manifestou sobre a possibilidade da concessão de um waiver para a Eletronuclear.

Uma solução estrutural está em análise no **Ministério de Minas e Energia**. A ideia principal é permitir um reajuste da tarifa de Angra 3, de R\$ 240 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 400 o MWh. A medida viabilizaria a retomada do projeto, atraindo um sócio privado para investir na usina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Luísa Martins, Isadora Peron e Paula Selmi | Do Rio, Brasília e de São Paulo

Título: Acordo da SBM ressarcir a Petrobras em R\$ 1,2 bilhão

Dois anos depois da primeira tentativa de acordo, em 2015, a holandesa SBM Offshore, fornecedora de plataformas de produção de óleo e gás, assinou ontem um acordo de leniência com a Petrobras, o Ministério de Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU). Pelo acordo, a SBM se compromete a ressarcir a petroleira estatal em cerca de R\$ 1,22 bilhão.

A fornecedora é acusada de envolvimento num esquema de repasse de propina a ex-funcionários da Petrobras entre 1997 e 2012 para obtenção de informações privilegiadas nas licitações. O acordo prevê o pagamento de R\$ 549 milhões em até 90 dias, mais o abatimento do valor nominal de R\$ 667 milhões (US\$ 179 milhões) de pagamentos futuros, devidos pela estatal à SBM (contratos vigentes).

Pelo acordo, Petrobras, CGU e AGU se comprometem a encerrar todas suas investigações e a se abster de iniciar novos processos legais contra a fornecedora. Com isso, a SBM fica liberada para assinar novos contratos com a Petrobras.

A leniência, porém, não encerra a ação do Ministério Público Federal (MPF) contra a SBM, baseada na Lei de Improbidade, na Justiça Federal do Rio. No início do mês, a 12ª Vara Federal Cível determinou bloqueio de US\$ 892,7 milhões da SBM, referente à multa civil e ao valor do dano por desvios em contratos mantidos com a estatal. Mas o bloqueio ainda não está valendo.

O presidente da SBM no Brasil, Eduardo Chamusca, disse que o acordo de leniência dá um sinal de confiança e garantias para que a empresa volte a crescer no Brasil. A intenção da companhia, agora, é começar a analisar as oportunidades de negócios envolvendo as quatro licitações de plataformas abertas pela petroleira estatal.

"[O acordo] é extremamente importante, porque nos dá alguns fatores de confiança e garantia para podermos voltar a licitar novamente. Até, então, podíamos licitar, mas não assinar novos contratos, porque a CGU tinha uma investigação aberta contra a SBM. Essa investigação está encerrada. Voltamos a ter perspectivas".

A SBM já fez acordo de US\$ 240 milhões com autoridades holandesas em 2015. No ano passado, concordou em pagar US\$ 238 milhões ao Departamento de Justiça dos EUA para se livrar de responsabilidade criminal. Além do Brasil, já admitiu ter pago propina em obras Angola, Cazaquistão, Guiné Equatorial e Iraque.

MME / ASCOM .